

Leitura argumentativa e polifônica de Amores possíveis: de onde brota o riso?

Têlisa Furlanetto Graeff*

Resumo

Com base em conceitos e princípios da teoria dos Blocos Semânticos e especialmente da Teoria da Argumentação Polifônica (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010, 2011), que considera em sua matriz de sentido a atitude do locutor frente ao conteúdo introduzido, o qual pode ser *posto*, *acordado* ou *excluído*; o modo de aparição desse conteúdo, concebido, recebido ou encontrado, conforme a pessoa que o garante, como o locutor (L), o interlocutor (TU), a opinião pública (SE), o Mundo, a voz do Ausente, procedeu-se a uma análise da narrativa *Amores possíveis XXX*, de José Roberto Torero, focalizando especialmente o mecanismo argumentativo e polifônico de produção do humor. Constatou-se que o locutor põe em contraste dois modos de aparição do conteúdo argumentativo, o encontrado e o recebido, surpreendendo o leitor que ri, ao perceber a diferença de entre o conteúdo garantido pela Pessoa Mundo e pela pessoa do ausente.

Palavras-chave: Argumentação discursiva. Constituição do humor. Teoria da Argumentação Polifônica.

Palavras iniciais

Este trabalho articula polifonia e argumentação por meio da explicitação da constituição do humor no texto *Amores possíveis XXX*, de José Roberto Torero. Tomaremos como base a teoria da Argumentação na Língua, iniciada por Ducrot e Anscombre em 1983, na versão desenvolvida atualmente por Carel e Ducrot, que alia conhecimentos da Teoria da Polifonia de Ducrot (1984), atualizada por Ducrot e Carel (2006), com a Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Carel (1992). Essa versão, chamada de Teoria da Argumentação Polifônica (TAP) incorpora em sua matriz de produção de sentido, além das atitudes do locutor, das Pessoas, um conteúdo puramente argumentativo.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Doutora em Linguística Aplicada pela PUCRS.

Data de submissão: Set. 2011 - Data de aceite: Nov. 2011

Passaremos, em vista disso, na sequência deste texto, a precisar o entendimento de argumentação e, especialmente, de sentido argumentativo, para, em seguida, delinear a concepção atual da teoria polifônica da enunciação (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010), pela apresentação dos elementos da significação, descritos como tripés, constituídos pela atitude do locutor do enunciado, pelo conteúdo argumentativo e pela Pessoa que garante o conteúdo.

Por um sentido puramente argumentativo das entidades linguísticas

Assumindo a definição saussureana de que a língua é um sistema de signos, de que o significado de um signo é constituído pelas relações do signo com outros signos, sendo de ordem estritamente linguística, a ADL propôs que se considerassem como relações semanticamente pertinentes as argumentativas, ou seja, os encadeamentos com *portanto* entre um signo e outro. Essa decisão levou Ducrot a afirmar que a ADL é uma aplicação do estruturalismo saussureano à semântica linguística.

Desde seu início a ADL defende a tese de que o sentido ou a significação de uma entidade linguística é argumentativo, sendo, por consequência, constituído por encadeamentos e não por informações ou pensamentos. Essa tese da ADL (1983) é mantida em sua versão chamada Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Compa-

rando esses dois momentos da ADL, Ducrot (2005) assim se expressa sobre esse ponto em comum:

Tanto em uma como na outra, o que nos interessa dos encadeamentos argumentativos é a parte que não pode ser deduzida da informação dada pelas orações. Esta preocupação segue sendo a mesma. Em ambas as teorias de fato, tentamos mostrar a autonomia da argumentação relativamente à informação (p. 53).

Ao tratar das diferenças entre essas versões, destaca duas. Primeiramente que ele e Anscombre entendiam por argumentação os encadeamentos argumentativos em DC. Consequência disso, as argumentações eram sempre movimentos conclusivos, ao passo que a TBS propôs que se entendesse por encadeamento argumentativo não somente encadeamentos do tipo *isso* DC *aquilo*, mas também encadeamentos do tipo *isso* PT *aquilo*, como se mostrará a seguir, pela apresentação das reflexões de Marion Carel (1995; 1997), que conduzem a modificações importantes na teoria da Argumentação na Língua. Seus trabalhos mostram que os encadeamentos argumentativos não exprimem atos argumentativos, não sendo, portanto, realização discursiva do que, em retórica, se chama, habitualmente, de argumentação.

Cumpramos lembrar que a teoria da Argumentação na Língua situava-se numa tradição aristotélica que distingue *demonstração* e *argumentação*, opondo à demonstração necessária do silogismo a argumentação incompleta e somente

provável do entimema. Na demonstração (cf. Carel, 1997, p. 23-24), ter-se-ia uma sequência de enunciados, interpretáveis isoladamente uns dos outros, sendo todos apresentados como verdadeiros, mas aceitáveis sobre bases diferentes: os primeiros da sequência (premissas ou argumentos) devem ser admitidos independentemente do último (conclusão), o qual é validado e justificado por esses, ocorrendo, desse modo, a transmissão da veracidade das premissas para a conclusão. A marca linguística de referência desses discursos é o emprego da palavra *donc* (então, de onde, assim...). Já na argumentação no discurso, ter-se-ia um procedimento deturpado de demonstração.

Carel, como se mencionou antes afirma que os discursos do cotidiano, mesmo que sejam comumente qualificados de “argumentativos”, não correspondem ao que se entende por argumentação. Demonstra essa afirmação com base nas teses de que o argumento e a conclusão de um encadeamento em *donc* não são semanticamente independentes e de que a marca linguística de referência da argumentação no discurso não é unicamente a palavra *donc*.

A respeito dessas modificações na teoria da Argumentação na Língua, comenta Ducrot (1999, p. 1):

[...] pensávamos encontrar nas palavras da língua a causa ou o sinal do caráter fundamentalmente retórico, ou, como dizíamos, “argumentativo” do discurso. Mas parece que somos levados a dizer muito mais. Não somente as palavras não permitem a demonstração, como tampouco permitem essa

forma degradada de demonstração. Esta também é tão somente um sonho do discurso, e nossa teoria deveria antes se chamar *teoria da não-argumentação*.

Admitindo que um encadeamento argumentativo não exprime um “ato de argumentação”, Ducrot (1999, p. 8-9) apresenta três razões para distinguir esses encadeamentos e as argumentações.

A primeira razão é que o argumento e a conclusão de um encadeamento discursivo constituem-se reciprocamente, ou seja, se a conclusão pode determinar semanticamente o argumento, o inverso também ocorre. Comparando as duas sequências

(1) é tarde, o trem deve estar lá.

(2) é cedo, o trem deve estar lá.

o referido autor mostra que, embora se fique tentado, à primeira vista, a dizer que a *mesma* conclusão é justificada por argumentos opostos, a *presença* em (1) é vista como uma *chegada* e, em (2), como uma *não partida*. Consequentemente, as continuções que se podem entrever para (1) são as que autorizariam “o trem deve ter chegado”, enquanto as que se podem entrever para (2) são as que autorizariam “o trem não deve ter partido.” Cumpre lembrar, aqui, que na ADL o sentido de um fragmento de discurso reside em sua orientação, nas continuções que lhe podem ser dadas.

A segunda razão é que não é o mesmo o número de objetos semânticos encontrados nos encadeamentos e nas argumentações. Enquanto nessas há, pelo menos, três objetos semânticos

(argumento, conclusão e *topos* que justifica a passagem), naqueles há apenas um, mesmo se é possível distinguir aí os dois segmentos “materiais” que Ducrot chama de “argumento” e “conclusão”. Nesse caso, a justaposição entre os dois predicados forma uma entidade semântica única, constituída pelo próprio encadeamento.

Nas palavras de Ducrot (p. 8), o encadeamento argumentativo:

[...] produz uma representação da situação de que fala o enunciado, dá deste o que chamei de uma “apreensão argumentativa” (expressão em que a palavra “argumentativo” remete a um tipo de concatenação discursiva, e não a uma atividade de pseudo-demonstração).

A terceira razão apresentada pelo autor em foco para distinguir encadeamentos e argumentações tem sua origem no artigo da Marion Carel (1995), intitulado “*Pourtant: argumentation by exception*”, em que a autora mostra que a argumentação não é uma demonstração incompleta e que o encadeamento em *pourtant*, assim como o encadeamento em *donc*, constitui uma unidade semântica básica.

Segundo Carel (1995, 1997), um enunciado do tipo *A donc C*, como “alimentou-se portanto está bem” é argumentativo por convocar princípios como “o apetite é sinal de saúde”. Tais princípios não são considerados pela autora como associações de conceitos independentes, não sendo vistos, em sua Teoria dos Blocos Semânticos, como elo entre o argumento e a conclusão. Ela os percebe como representações unitárias,

as quais constituem o próprio conteúdo dos encadeamentos argumentativos.

Analisando o enunciado (1) “É tarde. O trem deve estar lá”, a autora mostra que expressa uma ideia inteira, indecomponível, que poderia ser designada por um enunciado como “o tempo provoca a presença das coisas”. Observa que, embora gramaticalmente esse enunciado ligue duas palavras “tempo” e “presença”, a ideia que exprime não é construída a partir de dois termos metalinguísticos de “Tempo” e de “Presença”, o que implica dizer que esse enunciado não relaciona dois conceitos (ou realidades) isolados, absolutos. Ao contrário, é essa unidade semântica que permite determinar o tipo de presença assinalado pelo verbo “estar”, no segmento “o trem está lá”, e de entendê-lo como “chegada”.

Análises como essa levam Carel (1977, p. 33) a afirmar que todos os encadeamentos em *donc* exprimem blocos semânticos:

Exprimindo apenas os blocos, os encadeamentos argumentativos não são demonstrações, além do mais vagas ou incertas que se querará. Argumentar consiste somente em convocar os blocos lexicais e em permanecer coerente com eles: se os encadeamentos em *donc* podem assumir uma eventual força persuasiva, é unicamente porque eles exprimem os lugares comuns.”¹

Carel (1995) mostra que, assim como os encadeamentos em *donc*, os encadeamentos em *pourtant* são enunciados argumentativos, posto que, como aqueles, também convocam blocos semânticos e nisso consiste a sua argumentatividade. Mais ainda, faz ver que *A pourtant non*

C e A donc C realizam o mesmo bloco semântico.

Considerando os encadeamentos:

(1_{trans}) É tarde, mesmo assim o trem não está lá.²

(1) É tarde: o trem deve estar lá. mostra que tanto em (1_{trans}) quanto em (1) “estar lá significa ter chegado”, de forma que (1_{trans}) apresenta o trem como “não chegado”. Observa que (1) e (1_{trans}) realizam o mesmo bloco (“o tempo provoca a presença das coisas”), sob a mesma forma positiva (quanto mais o tempo passa, mais as coisas acontecem).

Essas observações permitem afirmar que os encadeamentos *A donc C* e *A pourtant non C* são fortemente aparentados, visto exprimirem o mesmo bloco semântico.

Já o mesmo não ocorre, caso se comparem os encadeamentos, (1) e (3):

(1) é tarde, portanto o trem deve estar lá.

(3) é tarde, portanto o trem não deve estar lá.

Note-se que, enquanto (1) trata da “chegada” do trem, (3) trata da “partida” do trem. Desse modo (1) e (3) expressam sentidos contrários, blocos semânticos contrários.

Como se observou, tanto nos encadeamentos em *donc* quanto nos encadeamentos em *pourtant*, é criada uma representação do referente, representação que não é determinada pela intenção retórica de fazer admitir.

No seu estágio atual, a ADL, incorporando o conhecimento construído pela

Teoria dos Blocos Semânticos, tenta conciliar duas teses: a primeira é que os encadeamentos argumentativos constroem, por sua própria existência, representações do mundo de que se fala; a segunda é que tais encadeamentos são restritos pela semântica intrínseca das palavras utilizadas (descreve-se “prudente” por um encadeamento como *perigo donc precaução*), o que satisfaz o objetivo estruturalista da ANL, permitindo-lhe descrever as palavras não a partir de um conhecimento prévio da realidade, mas a partir de suas potencialidades discursivas.

Cumprir referir que Ducrot e Anscombre (1983) buscavam a autonomia da argumentação não em palavras plenas, como substantivos, adjetivos ou verbos, mas em palavras que atuam sobre os substantivos, adjetivos ou verbos. Exemplo disso é o par pouco/um pouco, operando sobre um mesmo verbo, em que se percebe uma grande diferença de sentido não situada na informação dada. De fato, observe-se que não é clara a diferença informativa entre “ele estudou um pouco” e “ele estudou pouco”, sendo, contudo, notável a sua diferença argumentativa. Caso se continue a primeira com “portanto vai passar no exame”, a outra deverá ser continuada com “portanto não vai passar no exame” e vice-versa.

Na Teoria dos Blocos Semânticos, Ducrot e Carel aplicam as ideias fundamentais da teoria da Argumentação na Língua às palavras plenas, procurando mostrar que seu sentido reside nos encadeamentos discursivos a que estão

associadas. Confirmam-se os sentidos de “imprudente”, “temeroso”, “não temeroso” e “prudente” constituídos pela interdependência semântica entre os predicados “haver perigo” e “haver precaução”, acrescidos ou não de negação e

ligados por DC (*donc* = portanto) ou por PT (*pourtant* = mesmo assim).

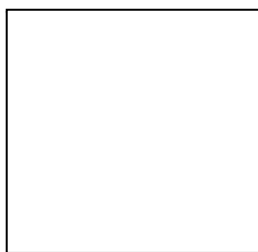
Considerem-se os predicados: A = perigo / B = precaução (DUCROT; CAREL, 2005, p. 55-56):

(1) Perigo PT Neg-precaução
(imprudente)

(2) Neg-perigo PT precaução
(temeroso)

(3) Neg-perigo DC Neg-precaução
(não temeroso)

(4) Perigo DC precaução
(prudente)



Observem-se enunciados que evocam esses aspectos:

- (1) Há perigo, mesmo assim não toma precauções. (imprudente)
- (4) Há perigo, portanto toma precauções. (prudente)
- (2) Mesmo quando não há perigo, toma precauções. (temeroso)
- (3) Quando há perigo, não toma precauções. (não temeroso)

Vejam-se, agora, as relações (CAREL; DUCROT, 2005, p. 55-57) que são sistematicamente estabelecidas entre os aspectos de um quadrado argumentativo, nesse caso do bloco semântico que relaciona perigo/precaução:

Relação de transposição (ao menos, em todo caso/inclusive) (2) e (4) / (1) e (3):

- (2) É temeroso, ou em todo caso, prudente.
- (4) É prudente, diria mais, é temeroso.
- (1) Não é temeroso, inclusive diria que é imprudente.
- (3) É imprudente, ou ao menos, não é temeroso.

Relação de reciprocidade (pelo contrário/mas também não exageremos) (1) e (2) / (3) e (4)

- (1) Ele é imprudente.
- (2) Pelo contrário, é temeroso.
- (3) Ele não é temeroso.
- (4) Bom, mas também não exageremos, é prudente.

A Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL; DUCROT, 2005) mostra o modo como os enunciados estão associados às entidades semânticas. Segundo essa teoria, o vínculo entre enunciados e entidades semânticas pode ser tanto interno quanto externo. Desse modo, toda entidade linguística possui duas argumentações: uma externa (AE) e uma interna (AI).

A argumentação externa de uma entidade “e” está constituída pelos encadeamentos que partem de “e” ou que vêm de “e”. Supondo-se que a entidade seja “prudente”, em sua argumentação

externa (AE), essa palavra contém os encadeamentos que podem ser feitos “a partir” de “prudente” (“Pedro é prudente, portanto não terá acidentes. Pedro é prudente, portanto estará seguro”) ou que, a partir de outras entidades, podem “chegar” a “prudente”, como “tem medo, portanto é prudente”. No primeiro caso, trata-se de AE à direita e, no segundo, de AE à esquerda.

Carel e Ducrot (2005, p. 62-63) distinguem duas propriedades da AE de uma entidade linguística: (1) a entidade linguística é parte dos encadeamentos externos que a descrevem; (2) os aspectos pertencentes à argumentação externa serão sempre pares de encadeamentos argumentativos conversos, como *prudente DC segurança; prudente PT neg-segurança*.

A argumentação interna de uma entidade “e” está constituída por certo número de aspectos a que pertencem os encadeamentos que parafraseiam essa entidade “e”. São AI de “prudente”, por exemplo, os aspectos *perigo DC precaução; perigo DC desistir*.

Destacam Carel e Ducrot (2005, p. 65) duas propriedades da AI que a diferenciam da AE: (1) os encadeamentos que formam parte da AI de “e” não contêm “e” como segmento constitutivo, já que a AI é constituída de paráfrases. Assim, *perigo DC precaução*, que é uma AI de “prudente”, não contém “prudente”; (2) se há na AI de “e” um aspecto x Con y (prudente = perigo DC precaução) não encontraremos nessa mesma AI o encadeamento converso x Con’ Neg-y, que constituiria

a AI da palavra “imprudente”, oposta a prudente (perigo PT Neg-precaução = imprudente).

Observam, por fim, os referidos autores (p. 67) que, se na AI de uma “e” não se podem encontrar dois aspectos conversos, podem ser encontrados dois aspectos recíprocos. Entre outros exemplos (p. 67), apresentam a AI de “peneira”, que estaria constituída pelos aspectos argumentativos recíprocos que a parafraseiam: fino DC passa / neg-fino DC neg-passa.

Numa síntese sobre o sentido argumentativo, não informativo, posto pela ADL desde seu início e ratificado radicalmente pela TBS, pode-se afirmar, a título de conclusão desta parte do texto, que por sentido ou significação de uma entidade linguística “e” são entendidos os aspectos que estão associados a ela. Pode-se dizer que essa entidade “e” expressa esses aspectos, que são, por sua vez, conjuntos de encadeamentos. Fica evidente, então, que o sentido ou a significação está constituído por encadeamentos, e não por informações ou pensamentos.

Por uma teoria polifônica da enunciação que concebe o conteúdo como argumentativo

Esta seção tem o objetivo de apresentar, muito sinteticamente, o estado atual da teoria Argumentativa da Polifonia como concebida atualmente por Carel

(2010, 2011) e Carel e Ducrot (2010), sem compará-la a fases anteriores ou a outras teorias, também polifônicas da enunciação.

A versão atual da Teoria da Polifonia mantém a ideia de que todos os enunciados têm um autor, responsável pela introdução de diversos conteúdos. Esse autor, chamado “locutor” (L), é distinto do produtor real do enunciado, dito “sujeito falante”, do qual a teoria não trata. Mantém, ainda, a ideia de que os conteúdos polifônicos dos enunciados são introduzidos pelo “locutor” com “maneiras de dizer” que são descritas pelos referidos autores (2010) por meio de dois parâmetros: a “atitude discursiva do locutor” e a “Pessoa”.

Pela “atitude discursiva”, o locutor indica o papel que dá, no discurso pelo qual é responsável, ao conteúdo introduzido. São três as atitudes, visto o conteúdo poder ser “posto”, caso em que é ilustrado, comentado ou defendido pelo locutor; “acordado”, caso em que o locutor não discute o conteúdo, e “excluído”, caso em que o conteúdo é rejeitado. Destaca Carel (2010, p. 23) que essas atitudes do locutor têm caráter discursivo, e não psicológico. Confirmam-se suas palavras:

Insisto no fato de que não se trata de atitudes psicológicas do locutor, manifestando o que seriam diversas maneiras de crer, variáveis por seu grau ou por suas razões. As atitudes do locutor são puramente *discursivas*: elas indicam o papel que o conteúdo terá no discurso. É por marcar esse caráter discursivo e não psicológico das atitudes do locutor que preferi os termos “pôr” e “excluir” aos termos “assumir” e “recusar” que utilizei com Ducrot em (DUCROT; CAREL, 2008).

A outra “maneira de dizer” do locutor será descrita pelo parâmetro “pessoa”, definido como os “tons” que podem ter num discurso os diferentes conteúdos, garantidos por diferentes Pessoas, que falam objetivamente, sem relativizar os conteúdos que lhes são associados. Conforme Carel (2010), entre as vozes que o locutor pode tomar estão as do locutor (L) e do interlocutor (TU), a da opinião pública (SE), a do Mundo, que corresponderia à voz dos Fatos, da História, e, ainda, a voz do Ausente, de tom mais fraco que a do Mundo, que é IL de enunciados como “Parece que vai fazer bom tempo” (“Il paraît qu’il va faire beau”), cujo conteúdo é “posto” e com a voz de IL, diferentemente de *Vai fazer bom tempo (Il va faire beau)*, cujo conteúdo seria *posto* também, mas com a voz de L ou do Mundo. Percebe-se que IL é uma voz fraca em relação a Mundo.

Ao explicitar a diferença entre IL e o Mundo e, conseqüentemente, a necessidade de incluir IL entre as pessoas, assim se manifesta Carel (2010, p. 28):

A diferença entre IL e o MUNDO me parece de ordem retórica. Notar-se-á, nesse sentido, que somente IL pode intervir numa unidade excluída *sem que haja nela efeito irônico*. Insisto no fato de que a diferença entre IL e o MUNDO não está na capacidade de intervir numa unidade excluída. A diferença reside no efeito produzido, e não na intervenção de duas Pessoas no interior de uma unidade excluída: é possível dizer *essa parede não é branca*, mostrando uma parede branca e, desse modo, transmitir (excluído, MUNDO, [*essa parede é branca*]), mais isso será sempre compreendido como irônico (imaginar-se-á que o locutor ria de si mesmo e da segurança com que na véspera afirmara

que a parede era de pedra); por outro lado, (excluído, IL, [q]) pode ser comunicado sem ironia – por exemplo, por ocasião de um banal emprego polifônico de *ne... pas* (não). Esse critério de “unidade excluída” distingue IL do MUNDO e aparenta-o a TU. IL e TU são ambas Pessoas fracas, na medida em que são as duas excluíveis sem ironia.

Carel (2010) mostra que conceber de maneira argumentativa o conteúdo evita dar uma estrutura de diálogo aos enunciados. Vale lembrar que o termo argumentativo compreende tanto discursos concessivos que comportam conjunções do tipo de *pourtant* (= mesmo assim) quanto discursos consecutivos que comportam conjunções do tipo de *donc* (= portanto). Nessa perspectiva, associam-se às pessoas argumentações, mais especificamente, aspectos argumentativos.

Constitui-se, assim, o tripé que contém os elementos da significação que são: uma atitude do locutor do enunciado; um conteúdo argumentativo (representado por encadeamentos em DC ou em PT que marcam não a associação de duas noções independentes, mas a interdependência semântica de duas entidades linguísticas, em que cada uma significa por meio da outra) e uma Pessoa, instância que como as outras duas não é do tipo referencial, não podendo, portanto, ser vista como uma alusão a indivíduos, marcando, nas palavras de Carel e Ducrot (2010, p.21), “unicamente certo modo de garantir o dito, certo tom para apresentá-lo, e a exigência de um tom particular para refutá-lo”. Carel

(2011, p. 33-34) relaciona as pessoas que garantem os conteúdos aos modos de aparição desses conteúdos. A voz do Mundo aparece no que a autora chama de “modo enunciativo encontrado” (*trouvé*), que permite ao locutor apresentar o conteúdo como achado, encontrado; a voz do Ausente, do ele (IL), que permite ao locutor descomprometer-se em benefício de outra subjetividade, aparece no modo enunciativo “recebido” (*reçu*), e, por fim, a voz do Locutor, que permite ao locutor engajar-se, aparece no modo enunciativo concebido (*conçu*). Nesse modo, o conteúdo aparece como concebido pelo locutor no próprio momento da enunciação. Como se pode perceber, a TAP se interessa pela responsabilidade do locutor, dissociando o modo de utilização do conteúdo no texto (posto, acordado, excluído) do modo de aparição desse conteúdo (encontrado, recebido, concebido). O funcionamento dessa matriz de sentido poderá ser acompanhado na análise que segue.

Análise argumentativa e polifônica do humor na narrativa Amores possíveis xxx, de José Roberto Torero

Com base em conceitos e princípios da TBS, fase atual da ADL, e especialmente da Teoria Polifônica da Enunciação (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010), que considera, em sua matriz de sentido, a atitude do locutor frente

ao conteúdo, a Pessoa que garante esse conteúdo e, principalmente a concepção argumentativa do conteúdo, far-se-á a seguir uma análise argumentativa e polifônica da narrativa *Amores possíveis*, de José Roberto Torero, a fim de explicitar o mecanismo semântico-argumentativo que provoca o humor. O texto encontra-se no livro *Pequenos amores*, sendo a narrativa XXX:

xxx

Amores possíveis

José Roberto Torero

Margarida, prostituta, apaixonou-se por um de seus clientes, Rosemiro. Para seu amado freguês, Margarida fazia o que de melhor sabia em sua profissão. Rosemiro acabou por apaixonar-se. Margarida, para expressar seu amor, decidiu não mais cobrar de Rosemiro. Rosemiro, para demonstrar sua paixão, queria pagar em dobro.

Os dois ficaram muito ofendidos. Margarida diz que ele só pensa em dinheiro. Rosemiro diz que ela só pensa em sexo.

Serão observados na análise da narrativa os seguintes procedimentos:

- a) o texto será dividido em trechos, segundo o critério de que contêm um discurso argumentativo (dois predicados passíveis de serem relacionados por DC ou PT);
- b) após a leitura dos enunciados de cada trecho, será identificado o encadeamento argumentativo que as relações linguístico-discursivas permitem evocar e explicitado o aspecto do bloco nele expresso, constituindo, assim, um motivo argumentativo;

- c) será, então, verificada a atitude do locutor diante dos conteúdos argumentativos (de pôr, concordar, rejeitar) e o modo de aparição do conteúdo (concebido, encontrado, recebido), cada um representado, respectivamente, por uma Pessoa que o garante.
- d) o cotejo das atitudes do locutor diante dos conteúdos argumentativos e os modos de aparição dos conteúdos permitirão descrever como se constitui o humor no texto em foco.

Trecho 1: “Margarida, prostituta, apaixonou-se por um de seus clientes, Rosemiro. Para seu amado freguês, Margarida fazia o que de melhor sabia em sua profissão.”

A partir do trecho 1, pode-se evocar o encadeamento argumentativo [*apaixonar-se portanto dar o melhor de si*]. O aspecto expresso nesse encadeamento, sua argumentação interna (AI) seria *amar DC ofertar*.

O locutor do texto põe esse conteúdo com o modo de aparição encontrado, isto é, a Pessoa que o garante o conteúdo é o Mundo.

Considere-se, na sequência, o trecho 2.

Trecho 2: “Rosemiro acabou por apaixonar-se.”

A argumentação possível desse trecho, como argumentação externa (AE) de “apaixonar-se” é a mesma do trecho anterior, também expressando o aspecto

amar DC ofertar, como se pode constatar na sequência da narrativa. O locutor põe esse conteúdo argumentativo cujo modo de aparição é encontrado, garantido pelo Mundo.

Trecho 3: “Margarida, para expressar seu amor, decidiu não mais cobrar de Rosemiro.”

O trecho 3 permite que se evoque o encadeamento [*amar portanto não mais cobrar*]. Note-se que, como Margarida era prostituta, não cobrar seria mesmo prova de amor e de doação, podendo-se associar ao encadeamento evocado, também o aspecto *amar DC ofertar*, posto pelo locutor e garantido pelo Mundo.

Trecho 4: “Rosemiro, para demonstrar sua paixão, queria pagar em dobro.”

No trecho 4, o encadeamento evocado é [*amar portanto pagar em dobro*], ao qual se pode associar o aspecto *amar DC ofertar*, como nos outros enunciados, posto pelo locutor e garantido pelo Mundo.

Já o trecho 5, que continua a narrativa, surpreende o leitor:

Trecho 5: “Os dois ficaram muito ofendidos. Margarida diz que ele só pensa em dinheiro. Rosemiro diz que ela só pensa em sexo.”

Nesse trecho, percebe-se que o locutor põe dois julgamentos argumentativos, cujo modo de aparição não é mais da ordem do encontrado, mas da ordem do recebido, sendo garantido pelo IL, e não mais pelo Mundo. Note-se que o sentido único constituído pelo encadeamento [*amar portanto não cobrar*], passa a ser “pensar apenas em sexo”, o que é

contrário ao “amor doação”, garantido Mundo. Do mesmo modo, o sentido único constituído pelo encadeamento [*amar portanto pagar em dobro*] passa a ser “pensar só em dinheiro”. Nesses novos sentidos de [*amar portanto não cobrar*] e de [*amar portanto pagar em dobro*] são incluídos os conteúdos argumentativos de prostituta e de cliente, ou seja, suas AI : de prostituta (ser profissional do sexo DC receber pelo trabalho); de cliente (precisar do serviço DC pagar pelo serviço). Note-se que para Margarida “não cobrar” significa deixar de ser prostituta na relação com Rosemiro. Para Rosemiro “pagar em dobro” significa mostrar o valor que Margarida tem. No entanto, ainda a argumentação interna de prostituta e de cliente vão influenciar o conteúdo de “pagar em dobro” e de “não cobrar”. No entendimento de Margarida, “pagar em dobro” significa reiterar a condição de cliente (o que paga pelo serviço) e, no entendimento de Rosemiro, “*não cobrar*” significa reiterar o gosto pelo que faz (apreciar fazer sexo). Esses dois conteúdos novos surpreendem o leitor, acostumado já à argumentação externa de *amar* como *amar DC ofertar*. Desse contraponto parece brotar o riso.

Palavras finais

Como se pôde observar na análise do texto *Amores possíveis xxx* houve, durante a narrativa, deslocamento de sentido das AE de *amar*, como se mostra esquematicamente abaixo:

AE de *amar* DC não cobrar mais
 DC pagar em dobro

A essas duas AE de *amar* pode-se associar o aspecto argumentativo *amar DC ofertar*, constituindo um mesmo motivo argumentativo, posto pelo locutor e garantido pelo Mundo, voz do modo enunciativo encontrado.

Contudo, tanto Margarida quanto Rosemiro ficaram muito ofendidos um com o outro. O locutor, responsável pelo enunciado, põe o entendimento de cada um dos dois sobre o presente recebido: para Rosemiro, *amar DC não mais cobrar* é a AI de “pensar apenas em sexo”; para Margarida, *amar DC pagar em dobro* é a AI de “pensar apenas em dinheiro”. Nesses novos conteúdos argumentativos influem as AI de *cliente* e de *prostituta* como se mostrou. É interessante observar que esses dois personagens influenciam os conteúdos argumentativos, postos no discurso pelo locutor, sob a garantia da Pessoa ELE, no modo de aparição recebido.

O riso surge, então, do contraponto que o locutor faz dos dois modos de aparição – encontrado (Mundo) e recebido (Ele) – que dão origem a dois motivos argumentativos diferentes: o do agrado, da presença do amor, e o da ofensa, da ausência do amor.

Cumprir referir, ainda, que a análise da narrativa permite mostrar que as características das personagens influenciam o conteúdo argumentativo, isto é, “segundo o cliente Rosemiro amar DC não cobrar é pensar só em sexo; ao ver da prostituta Margarida, amar DC pagar em dobro é pensar só em dinheiro”. De outra parte, “segundo a apaixonada Mar-

garida amar DC não cobrar e segundo o apaixonado Rosemiro amar DC pagar em dobro” expressam o mesmo aspecto *amar DC ofertar*, conteúdo argumentativo garantido pelo Mundo, no modo de aparição encontrado.

Essas constatações permitem supor que o estudo de como as características dos personagens influenciam os conteúdos argumentativos, modificando seu modo de aparição, possa ser bastante produtivo no desvelamento dos sentidos que só o discurso é capaz de contruir.

La lecture argumentative et polyphonique de Les Amours possibles: d'où vient le rire?

Abstract

Avec les concepts et les principes de la théorie des blocs sémantiques et surtout de la théorie de l'argumentation polyphonique (CAREL ; DUCROT, 2010; CAREL, 2010, 2011), qui considère dans la constitution des sens, l'attitude du locuteur par rapport au contenu mise en texte et le mode d'apparition d'un tel contenu, on a procédé à une analyse du récit "Les Amours Possibles", du José Roberto Torero, en décrivant le mécanisme argumentative et polyphonique de production de l'humeur. On a constaté que le locuteur met en contraste les deux modes d'apparition du contenu, le trouvé et le reçu, surprenant le lecteur, qui rit, quand se rend compte de la différence entre le contenu qui est garanti par la Personne Monde et par la Personne IL (Absente).

Mots-clés: Argumentation discursive. Constitution de l'humour. Théorie de l'argumentation polifonique.

Notas

¹ “N’exprimant que des blocs, les enchaînements argumentatifs ne sont pas de démonstrations, aussi floues ou incertaines qu’on voudra. Argumenter consiste seulement à convoquer des blocs lexicaux et à se prétendre cohérent avec eux: si les enchaînements en *donc* peuvent prendre une éventuelle force persuasive, c’est uniquement parce qu’ils expriment des lieux communs.”

² Em (1_{trans}), trans abrevia a palavra transgressiva.

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L’argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1993.

ARISTOTELES. *Retorica*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953.

CAREL, Marion. L’argumentation dans le discours: argumenter n’est pas justifier. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 32, n. 1, p. 23-40, mar. 1997.

_____. Polifonia e argumentação. *Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 1, p. 22-36, jan./jun. 2010.

_____. A polifonia linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.46, n.1,p.27-36, jan./mar.2011.

_____. Pourtant: argumentation by exception. *Journal of Pragmatics*, v. 24, p. 167-188, 1995.

_____. O que é argumentar? *Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, Passo Fundo/RS: Ed. da Universidade de Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 77-84, jul./dez. 2005.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Atualização da polifonia. *Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2010.

_____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

_____. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *Langue Française*, Larousse, n. 123, p. 6-26, sept. 1999a.

_____. Les propriétés linguistiques du paradoxe: paradoxe et négation. *Langue Française*, Larousse, n. 123, p. 27-40, sept. 1999b.

_____. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los Bloques Semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Os “topoi” na teoria da Argumentação na Língua. *Revista Brasileira de Letras*, v. 1, n. 1, p. 1-11, jul. 1999.

_____. La pragmatique et l’étude sémantique de la langue. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 32, n. 1, p. 9-21, mar. 1997.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.

TORERO, José Roberto. *Pequenos Amores*. São Paulo: Objetiva, 2003.